

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Plenário
  - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 2.1 – Comissão
- 3 – ERRATA**



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 9/8/2018

#### Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

André Quintão – Braulio Braz – Cássio Soares – Doutor Jean Freire – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – João Leite – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Vanderlei Miranda.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado João Leite) – Às 14h4min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 14/8/2018.).

### ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2018

#### Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.012/2018; discursos dos deputados João Magalhães e Alencar da Silveira Jr.; Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; discurso do deputado Iran Barbosa; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Sargento Rodrigues; apresentação do Substitutivo nº 2 e da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; requerimento do deputado João Magalhães; aprovação; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição –

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.909/2018; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Declarações de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.012/2018; aprovação – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

### **Abertura**

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 10h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a 2º-secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

– A deputada Marília Campos, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.012/2018, do governador do Estado, que altera a Lei nº 22.914, de 12/1/2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães\* – Sr. Presidente, estamos apresentando o Substitutivo nº 2, assinado pelo conjunto dos 77 deputados desta Casa, que contempla, em seu § 1º: “Para fins do disposto no *caput*, a cessão dos direitos creditórios observará a destinação aos municípios mineiros no valor correspondente a 70% dos recursos decorrentes da venda de que trata este artigo e 30% restantes ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.

Em seu § 10, assim fica estabelecido: “§ 10 – Fica o Estado obrigado a transferir recursos no valor correspondente aos seguintes percentuais da receita de capital decorrente da venda de ativos de que trata este artigo: I – 30% para o TJMG, a título de pagamento de valores em atraso relativo a duodécimos, limitado a R\$500.000.000,00; II – 70% para os municípios mineiros, a título de pagamento de valores em atraso relativo a transferência obrigatória e recursos pactuados na saúde”.

Também foi incluído, Sr. Presidente, o art. 14 acordado com os 77 parlamentares: “Fica criada a Comissão Especial de Acompanhamento e Execução das Transferências, a que se refere o § 10 do art. 1º da Lei nº 22.914, de 2018, acrescentado pelo art. 1º desta lei, composta por um representante da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, um representante da Associação Mineira dos Municípios, um representante do TJMG e um representante do Poder Executivo”.

Tudo isso que foi acordado já está no substitutivo e contempla o conjunto das emendas apresentadas. E chegará ao Plenário, em poucos minutos, cópia do substitutivo, para colhermos a assinatura de todos os deputados.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que isso aqui foi um acordo de toda esta Casa. Acertamos, e todos os deputados darão condição ao governo para que ele acerte a dívida com os municípios. E com um detalhe: isso será fiscalizado por esta Casa, para não haver privilégio. “Ah, vamos pagar aqui, porque é ano eleitoral. Então, eu lhe pago aqui, e você vota na gente, para tentar reverter isso aí”. Com isso, não haverá esse privilégio, Sr. Presidente. Não haverá o privilégio de atender somente aquele que está com o governador, que vai ajudá-lo na reeleição. Então, isso acabou. A Assembleia vai fiscalizar, bem como a Associação Mineira de Municípios.

Aproveito para lembrar, Sr. Presidente, que esta Casa, na semana passada, deu um passo muito importante rumo à independência do Poder Legislativo, com a emenda impositiva. Vai acabar esse negócio de, na saúde, o secretário dar recurso somente para cidade onde ele é votado. E o deputado fica aqui. Ora, deputado é eleito para legislar e fiscalizar. Repito: sou contra as emendas parlamentares. Envio emendas para os meus municípios, mas sou contra as emendas.

Como é que o Brasil tem de mudar? Como é que o governo tem de mudar? Vou citar um exemplo, Sr. Presidente: o governo gasta R\$12.000,00 para passar uma emenda para a Apae no valor de R\$25.000,00. Então, está na hora de passar o recurso de forma direta. E um vereador vai ter condição de fiscalizar o Executivo, o prefeito.

Em Santana dos Montes, a prefeitura comprou dois veículos agora. A compra foi direta, Sr. Presidente. E o que aconteceu? O mesmo carro pelo qual o governo de Minas – e um dia subi à tribuna e denunciei isso – pagava R\$42.000,00 estava anunciado por R\$29.000,00 nos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*. Como se explica para o eleitor que o governo paga R\$42.000,00 por um carro que pode ser comprado por R\$29.000,00? Isso está errado, Sr. Presidente. Já passou da hora de se fazer uma mudança a fim de que o recurso seja repassado diretamente. Já passou da hora de o governo colocar no seu quadro pessoas concursadas, que tenham compromisso com a entidade, a secretaria. Todo mundo fala: “Funcionário público não trabalha”. É isso que a gente ouve. Ele não trabalha por quê? O governador é eleito e pega um afilhado político e o coloca na chefia ganhando dez vezes mais que uma pessoa que fez concurso, que trabalha, que conhece as coisas. Com essa mudança, isso vai acabar.

A gente vê em países do primeiro mundo – e posso falar isso com tranquilidade porque faço parte da NCSL, nos Estados Unidos, do Parlamento Europeu, na Europa, e da Unale, aqui. A gente vê isso em outros países. É preciso começar a mudar, Sr. Presidente. É preciso começar a fazer política com pessoas certas. E aí vamos enxugar a máquina.

Em Brasília, não adianta o partido fulano destinar dinheiro e colocar o ministro para beneficiar apenas os deputados deste ou daquele partido. Isso tem de mudar. Funcionário público tem de ter seu plano de carreira, porque ele vai olhar bem o que tem de ser feito pelo Estado. O Brasil está sendo passado a limpo, mas vai ser passado a limpo para nós. Nós é que temos de dar o exemplo. Esta Assembleia já deu exemplo com a Lei Antifumo, com o passe para o idoso e com a Ficha Limpa. A primeira Ficha Limpa do Brasil foi a de iniciativa do deputado Alencar da Silveira Jr., que aprovamos aqui. E como fica uma Ficha Limpa que fizemos para o Estado e não a fizemos para a Assembleia de Minas? Há aqui, na Assembleia, alguns funcionários que não são ficha limpa. Infelizmente são ex-prefeitos, que estão em gabinete de deputado fulano, de deputado sicrano. Está na hora de mudar isso. Ficha limpa tem de ser no governo federal, no governo estadual, na Assembleia, na câmara municipal e na prefeitura. Senão, isso não vai mudar. É preciso uma nova constituinte exclusiva com a sociedade organizada para discutir os problemas. Temos uma constituinte que foi feita há 34 anos. Uma constituinte, Sr. Presidente, que foi feita para beneficiar as pessoas que ali estavam.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de deixar bem claro que a mudança tem que ser feita: uma nova constituinte e o fim das emendas parlamentares. Precisamos urgentemente de uma reforma partidária. Estamos vendo que isso tem de acontecer. Repito, mais uma vez, que precisamos de uma fórmula para ajudar o Brasil para que coisas como essas que assistimos e acompanhamos hoje não aconteçam mais. Está na hora de mudar, Sr. Presidente! Está na hora de fazer! Vamos votar com seriedade.

Agradeço a todos que estão nas galerias e aos telespectadores da TV Assembleia, que acompanhamos e criamos há anos. Muito obrigado.

#### **Questões de Ordem**

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, como o substitutivo da Assembleia Legislativa foi acolhido por todos, ele estará na Mesa, em frente ao deputado André Quintão. Ou então o Carlão vai recolher a assinatura de todos.

O deputado Iran Barbosa – Sr. Presidente, peço a suspensão da reunião para entendimentos.

#### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rogério Correia) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 49 deputados. Portanto, há quórum para votação. Com a palavra, para discutir, o deputado Iran Barbosa.

O deputado Iran Barbosa\* – Sr. Presidente, nós estamos vivendo talvez uma das crises financeiras, fiscais e tributárias mais graves da história recente brasileira. Muitas pessoas dizem até que é de toda a história. Vi, nos últimos 24 anos, um Estado que passou de um endividamento de R\$12.000.000.000,00 para mais de R\$96.000.000.000,00.

Isso, fora os contratos de PPP, fora todas aquelas artimanhas que foram inventadas nos últimos 12 anos, que não entram no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que todo mundo sabe que são empréstimos camuflados. São tratados assim e sempre serão tratados assim.

O governo de Minas poderia ter promovido um ajuste de suas contas, cortado seus gastos, feito mudanças para que hoje não tivéssemos um déficit anual de R\$11.000.000.000,00. Não estou falando só dessa administração, estou falando das passadas também. Não fizeram.

Hoje o parcelamento de salários e o déficit previdenciário absurdo dentro deste estado não se resolvem da noite para o dia, porque não se tiram R\$11.000.000.000,00 do nada. Para se ter uma ideia, R\$11.000.000.000,00 são quase 22 vezes o que custa uma Assembleia Legislativa. Então, se fechassem esta Casa, não começaríamos nem a cobrir esse rombo. Mas, dentro dos últimos meses, começaram a ser tratados projetos que poderiam ajudar a sanar um pouco esse rombo. De R\$11.000.000.000,00, talvez conseguíssemos colocar em circulação mais R\$3.000.000.000,00 ou R\$4.000.000.000,00. Esse Projeto de Lei nº 5.012 é um dos que faz isso. É por isso que está sendo apresentada agora a emenda pelo deputado João Magalhães, em conjunto com os outros deputados, para destinar grande parte disso ao pagamento do que este estado já cansou de reter, de repasse de outros municípios e outros entes.

Acontece que, até podermos chegar a este ponto aqui hoje, do PL nº 5.012, esta Casa estava obstruída há um mês e meio. Não havia votos de vetos, não tinham sido votadas as PECs, não tinha sido votado ainda absolutamente nada. Os deputados, assim como eu, não aceitavam que fossem colocados em votação as emendas da Codemig, a venda da Codemig, e outros processos que julgássemos nocivos ao Estado.

Dentro dos acordos feitos para que houvesse uma recuperação financeira – inclusive este projeto que estamos votando hoje –, foi acordado com os deputados vários processos de reorganização administrativa do Estado. Entre esses processos, uma das sugestões que adotei aqui era pegar o meu projeto, o PL nº 5.122, e colocá-lo na forma de emenda ao PL nº 5.012, que criaria em Minas o programa de combate à sonegação fiscal. Coisa simples. A pessoa pede a nota fiscal, e 30% do ICMS daquela nota que ela pediu voltam em dinheiro na sua conta. É uma cópia da nota fiscal paulista? É. Mas, em São Paulo, essa lei gerou quase R\$8.000.000.000,00 de aumento para o caixa. Se a mesma coisa acontecesse em Minas, seriam R\$4.800.000.000,00, só no ano que vem, de aumento na arrecadação, enquanto o consumidor final paga 30% a menos de imposto. Foi acordado que isso estaria no PL nº 5.012, foi apalavrado que isso estaria no PL nº 5.012.

Eu, como deputado, em respeito aos meus eleitores, quando conversei com eles pelo fim da obstrução – porque eu converso com meus eleitores diariamente, pelas redes, nas ruas e em todo lugar –, deixei bem claro que havia esse acordo. E agora, sem o menor aviso, essa emenda será literalmente atropelada aqui dentro da Casa.

Isso, presidente, deputados e líderes, meus nobres colegas, não posso aceitar. Se falassem comigo que isso seria feito hoje, ainda estaríamos votando o veto. Respeito meus eleitores. Não vou deixar de colocar um projeto que amanhã pode ajudar a regularizar o pagamento dos salários dos professores, que pode ajudar a pagar em dia os fornecedores, parando de usurpar dinheiro das prefeituras como o governo do Estado tem feito com o dinheiro do transporte escolar, com o dinheiro dos hospitais. Eu me recuso a tomar um tapa na cara de um governo que não aceita ideias e propostas do Legislativo.

Não foi para esse governo, para essa proposta que há 4 anos fui às ruas colocar esse governador. Ou manteremos o Parlamento como um local onde o meu mandato tem validade, onde os meus eleitores têm voz e onde a minha emenda é apresentada e votada em Plenário, ou, infelizmente, será impossível mantermos acordos.

Democracia, senhoras e senhores que estão aqui em todos os lugares, pressupõe respeito a todas as pessoas. Aqui dentro, dos 77 deputados, cada um pense o que quiser. Mas todos devem respeitar qualquer deputado aqui. Hoje, senhoras e senhores, o meu mandato está sendo desrespeitado. Eu me recuso a permanecer, a manter qualquer votação que não inclua... E vamos deixar bem claro que isso não é uma imposição de um deputado, mas, sim, um acordo. Isso foi acordado, os líderes se reuniram e falaram *o.k.* Não vai desaparecer da noite para o dia. Temos uma Casa austera, tenho muito orgulho de ser colega de muitos deputados aqui. Mas, quando alguém manobra para romper com o que uma Casa inteira trabalhou, está errado. Isso está muito errado!

O meu projeto não prejudica em nada, não prejudica sequer o atual governo, e entrará em vigor a partir do ano que vem. Eu o fiz para termos, de maneira isenta, suprapartidária e tecnicamente viável... Não existe um estado da Federação que tenha implantado esse projeto e que tenha perdido arrecadação; não existe um estado desta Federação que tenha se arrependido de fazer essas mudanças.

Quero defender que o meu projeto seja, sim, votado; quero que esse projeto esteja em pauta porque, a partir do momento que abrimos mão disso, abrirei mão do meu mandato.

Se hoje o Projeto de Lei nº 5.012 for votado sem a emenda do Projeto de Lei nº 5.122, V. Exas. estarão anulando, por direito, o meu mandato. E isso, senhoras e senhores, não posso permitir, pelo menos não sem briga.

### **Questão de Ordem**

O deputado Iran Barbosa – Presidente Lafayette, peço novamente a suspensão, para entendimentos.

### **Suspensão da Reunião**

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, Sr. Presidente. Antes mesmo de adentrar o tema, queria me dirigir aos servidores do Judiciário, ao Serjusmig, ao Sinjus, ao Sindojus, que hoje fazem uma vigília importante na defesa, especialmente, da sua data-base. Sempre tive contato permanente com todos os sindicatos do Judiciário e sempre me coloquei à disposição no Plenário e nas comissões, seja na de Constituição e Justiça, seja na de Administração Pública, seja na de Fiscalização Financeira. Portanto, o nosso gabinete sempre esteve e sempre estará de portas abertas para atender aos senhores e às senhoras servidoras do Judiciário.

Em muitas situações aqui me coloquei contra a votação de projetos dos membros do Poder Judiciário, coloquei-me contra juízes e desembargadores para defender os interesses dos senhores, e agora, há pouco, chamei os líderes sindicais porque simplesmente não entendi a reação dos senhores e das senhoras que querem na pauta o seu projeto e, ao mesmo tempo, vão ao conjunto dos deputados. Com sinceridade, não entendi: uma coisa é o projeto dos senhores e das senhoras, para o qual vocês têm todo o direito de se mobilizar, de se manifestar, de cobrar, porque quem pauta os projetos é o presidente do Poder. Quem pauta projetos nas comissões são os presidentes delas, mas aqui, no Plenário, é o presidente do Poder. E não será, numa matéria alheia aos interesses de vocês e vaiando o conjunto dos parlamentares que vocês vão conseguir alcançar êxito. Eu disse isso lá, reunido com os colegas de vocês, e falei que iria dizê-lo da tribuna, porque a alegação era a seguinte: “Deputado, nós sabemos disso, mas tem muita gente que está vindo aqui pela primeira vez”.

Sou fruto de greve, cheguei depois de liderar greve e hoje sei como funciona este Parlamento. Uma coisa é quem está nas galerias; outra coisa é quem está aqui dentro ouvindo e participando das tratativas com os colegas. Então sugiro aos nossos colegas servidores do Poder Judiciário, servidores e servidoras dos sindicatos que aqui congregam e que são muito bem-vindos, que vocês foquem no seu projeto, porque assim terão muito mais êxito na mobilização que devem fazer.

Eu me comprometi com os presidentes de sindicatos. Depois vou pedir uma reunião com o presidente para saber quando isso será pautado. Vou solicitar ao presidente que paute o projeto de vocês, mas espero que saibam fazer essa distinção. Era essa informação que eu queria repassar. Vocês são muito bem-vindos. Para quem está do lado de fora, a democracia é exercida com pressão, com mobilização. Vocês devem fazer isso. Vocês estão de parabéns pela união dos sindicatos, pela união de todos os servidores. Mas, por favor, saibam direcionar o foco da fala e da pressão. Não há problema em criticar o deputado. Não há problema em vaiá-lo. Se o deputado votou contra o projeto, a manifestação de vocês é mais do que legítima. Mas, até então, esperem votá-lo. Vocês não sabem se ele vai votar a favor ou contra e começam a se manifestar antes mesmo de saberem o posicionamento do parlamentar.



Feito isso, presidente, abordarei outro assunto. Gostaria de fazer um pedido a V. Exa. Fizem-me um apelo para que eu não solicitasse isso da tribuna, mas V. Exa. me conhece e sabe que não dou conta. V. Exa. conhece o meu perfil e o meu temperamento. O Instagram oficial da Assembleia, ou seja, o perfil oficial do Instagram é para divulgar, dar publicidade aos trabalhos da atividade parlamentar, e não é isso que a nossa comunicação institucional está fazendo. Então quero fazer um apelo a V. Exa., ao 1º-vice-presidente e ao 1º-secretário, porque o perfil oficial do Instagram da Assembleia não está atendendo os interesses do conjunto dos 77 parlamentares, deputada Marília Campos. Isso porque se vê foto de tudo quanto é coisa lá, de todos os assuntos, menos da atividade parlamentar.

Deputado Noraldino, tem gente aqui que acha que quando chega a eleição são suprimidas as prerrogativas parlamentares. Vejam: não foram suprimidas, não. O deputado ou a deputada estão em exercício de mandato, mas as prerrogativas estão lá petrificadas no texto da Constituição da República e da Constituição do Estado. Então não é uma lei ordinária eleitoral que vai sobrepor-se ao mandamento constitucional, que inclusive é cláusula pétrea, pois trata da organização dos Poderes. Então, tem hora em que o excesso de zelo da nossa comunicação está ultrapassando todos os limites.

Fiz um questionamento ao nosso diretor de comunicação, José Geraldo de Oliveira Prado. Quer dizer então que, na hora em que o deputado Iran Barbosa está na tribuna, cortam a transmissão pela tevê, porque estamos em período eleitoral? Na hora em que a deputada Marília Campos estiver presidindo a comissão, realizando uma audiência pública, isso não pode ser publicado no *site* da Assembleia, no Instagram oficial, porque estamos em período eleitoral? Calma! Alto lá, Isauro Calais! Nós, que somos da lida do direito, sabemos que não é assim. Nós, deputados, temos que evitar falar de campanha política ou pedir voto para “A” ou para “B”. Óbvio! Mas não significa que a atividade parlamentar tenha que ser tratada dessa forma. Daqui a pouco, vão colocar tarja preta na gente.

Muitos aqui talvez não tenham perfil no Instagram, mas quem o tem poderá começar a seguir o Instagram da Assembleia. Então, vai pensar: “Não estou acreditando. Agora estou confirmando o que o deputado Sargento Rodrigues está falando”. Então, fica aqui, presidente, o meu pedido. Faço um apelo a V. Exa. Se quiser, poderá designar-se, junto aos membros da Mesa, para acompanhar isso. Excesso de zelo! Quero entender esse excesso de zelo.

Feito isso, Sr. Presidente, adentro especificamente no nosso projeto, que ora está colocado na pauta, o Projeto de Lei nº 5.012. Para tratar desse projeto de lei, não podemos deixar de destacar aqui, deputado Noraldino, a página 2 do jornal *O Tempo*, de hoje: “Minas gastou, em educação e saúde, menos que o mínimo”. Isso eu já havia dito aqui, com as galerias lotadas de profissionais da educação. Só que, naquele dia, havia uma PEC de interesse deles, que não vai chegar a lugar nenhum, repito, sob o ponto de vista jurídico. Eu já havia feito a denúncia porque o relatório do Tribunal de Contas apontou um déficit do percentual mínimo a ser aplicado para a educação. Só que a matéria de hoje no jornal *O Tempo*, na sua página 2, fala de dois déficits enormes da atual gestão do governo de Fernando Pimentel, do PT. Faço aqui apenas a leitura de dois parágrafos: “Governo do Estado não aplicou o mínimo em saúde e educação, diz o Ministério Público de Contas. O Ministério Público de Contas emitiu um parecer prévio, indicando a rejeição das contas do governo de Minas no exercício financeiro de 2017. Segundo o laudo técnico do órgão fiscalizador, entre as várias infrações, o Estado deixou de aplicar os 25% do orçamento em educação, valor determinado pela Constituição Federal. O parecer mostra que o Executivo investiu 22,47%. Na saúde, em que a lei determina um investimento de 12%, apenas 7,71% foram destinados ao setor, de acordo com o Ministério Público de Contas. O documento ainda tem que ser julgado pelos conselheiros do Tribunal de Contas”.

E aqui o recado vai para os conselheiros do Tribunal de Contas, que, durante esses 20 anos de mandato que exerço nesta Casa, mais parece um Tribunal de Faz de Conta, porque não vemos um conselheiro com firmeza no cumprimento do dever de exercer controle e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Sempre arrumam um jeitinho salomônico, político, para não reprovar as contas. E não estou falando desse governo. Podem perguntar: “Ora, deputado, então o senhor está falando desse governo?”. Não, estou falando

de outros governos também. Infelizmente, a postura dos nossos conselheiros do Tribunal de Contas não tem sido aquela que o cidadão deseja, aquela que o cidadão um dia imaginou. O Estado, na tripartição de Poderes, deveria exercer o chamado freios e contrapesos e exercer a fiscalização. Mas, não, eles sempre têm um jeitinho de aprovar as contas. Espero que, desta vez, deputada Ione, com os valores retirados e não aplicados por este governo na educação e na saúde, os conselheiros façam valer a sua indicação e o seu mandato.

E por que falo isso? Porque vamos votar aqui, líder Gustavo Valadares, um substitutivo ao PL nº 5.012, em relação ao qual havia uma pressão enorme de Fernando Pimentel, do PT, tentando jogar a culpa nos deputados, deputado Dalmo, dizendo que a Assembleia é que não o votava, que ele iria resolver o problema dos municípios, que iria pagar tudo, deputado João Leite, que ele iria pagar uma dívida de R\$7.000.000.000,00 com os prefeitos, que ele iria quitar uma dívida de R\$2.000.000.000,00 com os hospitais filantrópicos, que ele iria quitar a dívida do IPSM de R\$3.000.000.000,00; a dívida do Ipsemg, de R\$4.000.000.000,00; que ele iria pagar tudo, mas que os deputados estavam travando a pauta, que os deputados de oposição não estavam votando.

Pois bem, deputado João Leite, nós nos assentamos, fizemos um acordo, e todos os 49 deputados presentes assinaram aqui uma emenda. Vamos votar, deputados da oposição e deputados da base de governo, mas quero deixar claro ao senhor prefeito, à senhora prefeita e aos senhores vereadores dos 853 municípios que nos acompanham pela TV Assembleia que a chamada securitização que vamos votar aqui, por acordo da oposição, não paga a conta de vocês. No máximo, o que se vai arrecadar aqui são R\$1.800.000.000,00, assim definidos: 70% destinados aos municípios, o que, sob a perspectiva de se arrecadar esse valor, são R\$1.260.000.000,00 que vão para os municípios. O restante – até R\$500.000.000,00 – vai para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Então, senhores prefeitos, senhoras prefeitas, senhores vereadores, senhoras vereadoras, essa votação não resolverá o problema dos senhores, mas, pelo menos, deputado João Leite, sinto que o governador Fernando Pimentel e sua trupe vão parar de mentir deslavadamente para os senhores, pois assinamos a emenda; estamos aqui e votaremos favoravelmente, mas pare de mentir, Fernando Pimentel, o seu nariz de Pinóquio não para de crescer, pare de enganar a população. O mesmo aconteceu com os professores: “Vamos votar a PEC nº 49, que isso resolverá o problema, vamos votar, haverá reajuste automático”. Mentira. Não haverá reajuste automático.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Fernando Pimentel do PT tem que parar de mentir. Deputado João Leite, os aposentados do Estado, como sua querida mãezinha aposentada, só foram receber a última parcela no dia 7. Vou deixar aqui um recado aproveitando a presença do servidor do Judiciário. Vou relembrar também aos servidores da Assembleia Legislativa, sejam os efetivos, sejam os de recrutamento amplo, sejam os de função pública: se vocês permitirem que Fernando Pimentel do PT retorne ao Palácio da Liberdade, no dia 7 de outubro, haverá a destruição deste estado por completo; isso aqui virará uma Venezuela; vão acabar de destruir tudo.

E não se esqueçam de que os servidores do Judiciário, da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública vão ter também que se assentar e dividir o ônus. Hoje, deputado Antônio Jorge, faz quatro anos que não há a reposição da perda inflacionária para os servidores do Executivo. Isso não acontece na Assembleia Legislativa – vão começar por aqui – nem no Judiciário nem no Ministério Público nem no Tribunal de Contas, deputada Celise Laviola. Vamos ter que dividir, portanto, o ônus. Estão há quatro anos sem a reposição da perda inflacionária: 25% do IPCA; 1/4 do salário do servidor público já foi corroído pela inflação. São dois anos e oito meses de parcelamento, R\$3.000.000.000,00 desviados do IPSM, criminosamente, e R\$4.000.000.000,00 do Ipsemg, e o governador, na maior cara de pau, com uma dívida de R\$7.000.000.000,00 com os municípios, está dizendo aos prefeitos que os deputados da oposição estão travando a pauta e que esse projeto resolve tudo. Pimentel, além de ser um 171 profissional, além de ser mentiroso, fugiu da escola. E vejam que ele coloca em seu perfil do Instagram que é formado em economia. Pimentel não é formado em economia; ele não é nem 171, mas sim 342, um estelionatário ao dobro, é um 171 em dobro. Ele tem uma dívida de R\$7.000.000.000,00 com os municípios, de R\$3.000.000.000,00 com o IPSM, de R\$4.000.000.000,00 com o



Ipsemg, de R\$2.000.000.000,00 com os hospitais. Ora, qualquer um que sabe fazer conta sabe que 7 com 3 são 10, com mais 4, são 14 e, com mais 2, são R\$16.000.000.000,00.

Nós, deputados da oposição, deputado Gustavo Valadares, líder da Minoria, só aceitamos votar essa matéria de forma tal que a emenda ficasse amarrada: 70% para os municípios, para cuidarem do Fundeb, do transporte escolar e da saúde; e os outros 30%, são da dívida com o Tribunal de Justiça.

Portanto, queria deixar isso aqui claro. Não estou falando em nome do bloco, porque o líder do bloco se encontra aqui neste momento. O deputado Gustavo Corrêa se faz presente neste Plenário? O líder do bloco está ali. Não fui autorizado a falar em seu nome, mas acredito que estamos falando da vontade do bloco de oposição. Com certeza, deputado João Leite, vice-líder, estou aqui também como se estivesse falando em nome dos colegas deputados. Srs. Prefeitos e Sras. Prefeitas, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós, deputados da oposição, votaremos a matéria e faremos cair a máscara desse governador mentiroso, 171 e nariz de Pinóquio, que ainda está sentado na cadeira de governador, que se chama Fernando Pimentel, do PT.

Vamos votar! Vamos aprovar, deputada Ione. Mas a máscara vai cair. Mais uma vez, a máscara vai cair! Esse cidadão destruiu a administração pública de Minas Gerais. Quero agradecer. Faço um compromisso com os servidores junto com o Sindojus, o Serjusmig.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, nobres parlamentares, presidente e Mesa, aproveite este momento para chamar toda a Assembleia para uma grande reflexão. Nós estamos aqui com vários sindicatos, todos os servidores do Estado e grande parte da população passando por dificuldades. Quero chamar a atenção dos nobres colegas para que todos nós façamos uma reflexão, porque, até hoje, estamos discutindo muito a posição do governo e de outros órgãos. Mas, deputado Sargento Rodrigues, está na hora de nós, deputados, passarmos também por uma grande reflexão, mudarmos e cortamos na nossa carne.

O deputado Sargento Rodrigues – Mais?

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* – Mais, deputado Sargento Rodrigues, porque nós podemos fazer mais um pouco da nossa parte. Quer que eu dê um exemplo? Auxílio-moradia. Todos nós não podemos nos unir e ser um exemplo para outras assembleias e a Câmara dos Deputados? Não quero julgar... Nem sei quem recebe. Não avalio quem recebe ou quem não recebe.

Quero dizer que não podemos aceitar que deputado que tem casa aqui receba auxílio-moradia. Não é justo. Não me refiro só à Assembleia Legislativa, mas também a outros órgãos. É necessário que todos nós, todos os órgãos e todas as instituições repensemos e cortemos na carne, porque é um problema nacional que estamos vivendo, uma crise econômica. Acho que tem que haver um avanço na nossa visão e na nossa cultura parlamentar. Podemos mudar muito.

Não quero citar nome de deputado nenhum, acho que todos nós podemos refletir e pensar onde podemos economizar aqui para contribuir com a realidade do Estado de Minas Gerais, para contribuir com a realidade nacional, e sermos um exemplo. Acho que todos nós temos que refletir.

Não quero aqui condenar ninguém. Vou votar sim, deputado, mas eu escuto todos os deputados, e falo pouco nesta tribuna. Mas, quando falo aqui, gosto que todos os deputados me esperem acabar de falar e respeitem, como respeito todos eles. Às vezes estou interferindo em posições de alguns, mas é minha posição, posição democrática. Vários deputados falam: “Noraldino, não mexe com isso, não fala”. Mas, se eu não falar, não sou eu que estou aqui.

Acho que é uma reflexão de cada um. Não estou condenando ninguém, nem sei quem recebe, mas acho que temos que fazer a nossa parte aqui. Está na hora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu queria cumprimentar o deputado Noraldino Júnior, até porque também não recebo auxílio-moradia. Mas, desta vez, ilustre colega, a reforma tem que vir na direção oposta. Deputado recebe salário de R\$25.322,00

nesta Casa, enquanto, no Judiciário, temos notícias de salários de R\$70.000,00, R\$80.000,00, R\$90.000,00. Ontem mesmo houve uma matéria da Record sobre um juiz do Tribunal de Justiça Militar que recebeu R\$128.000,00. E não é de hoje que denuncio.

Nós estamos colhendo a assinatura de uma PEC. Essa proposta de emenda à Constituição já foi assinada, deputado Noraldino Júnior, por 67 deputados, e vamos apresentá-la, deputado Antônio Jorge, e extirpar... Talvez o deputado Noraldino Júnior não estivesse aqui quando esta Casa votou uma excrescência para promotores e juizes, de auxílio-livro – R\$15.000,00 de auxílio-livro para todos os integrantes do Judiciário e do Ministério Público. Esta Casa votou, há poucos meses, a possibilidade de o juiz vender as férias-prêmio, deputado Noraldino Júnior. Mês passado o juiz recebeu, aqui em Minas Gerais, um salário de R\$500.000,00.

Então temos que fazer isso, sim. Falo isso porque não recebo o auxílio; recebo unicamente o meu salário parlamentar, muito feliz e satisfeito. Mas esta Casa já fez o dever de casa há muito tempo. Esta Casa, principalmente sob a batuta do presidente Adalclever Lopes, deu exemplo para todos os outros Poderes. Porque aqui, às vezes, é mais fácil para fazermos um discurso e nos propormos a cortar na própria carne. Enquanto isso, o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas não têm limite.

Deputada Marília Campos, sei como V. Exa. pensa a respeito do tema. V. Exa. assinou a PEC. Temos que aprovar essa PEC este ano, cortando todos esses auxílios e dizendo: aumento salarial fazendo curva não pode ser por lei estadual, tem que vir por determinação de aumento em Brasília. Porque, na prática, deputado Ricardo, é isso que acontece. Salário de deputado estadual não pode ser aumentado por nós, a não ser quando aumenta em Brasília. É isso que seguimos à risca. De juiz, desembargador, promotor e procurador é feito da mesma forma. Mas o que acontece? Eles falam: “Vamos mandar um projeto de lei estadual, aqui fica mais fácil fazer *lobby*. Eles não vão ter coragem de votar contra”. Vêm aqui e fazem a curva. E aí vem um punhado de auxílios.

Nesta Casa, antes do recesso, já foi aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a mesma coisa para o Ministério Público. E infelizmente o *lobby* deles é aqui, quase dentro do Plenário. É quase dentro do Plenário.

Esta Casa, deputado André Quintão, tem que se agigantar, tem de tomar a decisão, de forma unânime, os 77 parlamentares, e votar e fazer uma faxina em todos os penduricalhos. Aí sim. Mas não é só na Assembleia. A Assembleia de Minas, neste momento, é a que menos deve à sociedade. E está na hora de o Judiciário, de o Ministério Público e de o Tribunal de Contas darem suas contribuições porque eles estão vivendo em um mar de rosas.

O deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa, cortou aqui até viagem de deputados e diminuiu as nossas prerrogativas para economizar. Este Poder, deputado Noraldino Júnior, talvez V. Exa. não saiba, foi o único que não teve suplementação orçamentária neste mandato, sob a presidência do Adalclever Lopes. Todos os outros vieram aqui e pediram mais recursos, porque os penduricalhos, os auxílios, não param. Chegam ao ponto de um juiz vender suas férias e receber R\$500.000,00. Vejam! Enquanto, no Executivo, está havendo 3 anos de parcelamento de salário e aposentados não estão recebendo em dia, fizemos o dever de casa, deputado Noraldino.

Se V. Exa. conhecer a relação de penduricalhos que têm os integrantes do MP e do Judiciário, entenderá um pouco mais sobre ao que estou me referindo.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, sei de tudo que V. Exa. está falando, e o senhor sabe a minha posição de cortar na carne e integrar outros órgãos e outras instituições. O presidente Adalclever está aqui. Ele teve, nas reuniões, a decisão de realizar cortes nos gastos da Assembleia e teve o meu apoio total. Foi uma decisão justa. Acho que demos o exemplo aqui; o presidente deu o exemplo.

Mas, deputado Sargento Rodrigues, nós precisamos fazer mais sim. Estou dizendo que o senhor não concorda com auxílios. Tenho certeza disso. O senhor acabou de falar que não recebe. Como um parlamentar ou juiz ou promotor, que tem uma casa na sua cidade onde trabalha, recebeu auxílio-moradia, deputado? E nós sabemos que isso é realidade nesta Casa. Então é isso que estou dizendo. Conheço o dever de casa que o presidente fez nesta Casa. Mas podemos fazer mais sim. E todos podemos. V. Exa. sabe do que estou falando. Todos nós podemos fazer mais. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – A começar tendo coragem de votar para cortar os penduricalhos dos de fora, porque, infelizmente, o Legislativo se acovarda. Ele se acovarda na hora de votar retirando os penduricalhos dos outros.

Eu quero aqui, presidente, agradecer a V. Exa. a paciência e dizer que V. Exa., presidindo este Parlamento, cortou despesas, e não foram poucas. V. Exa. deu o exemplo, o conjunto dos 77 deputados deu o exemplo. Está faltando o exemplo do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. O exemplo está faltando de lá. Aqui já foram feitos todos os ajustes que precisavam ser feitos. Eu agradeço a V. Exa.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Só para esclarecer ao Noraldino: existe um projeto meu, do ano passado, protocolado na Comissão de Constituição e Justiça, que está parado e até já caracteriza perda de prazo. Ele põe fim ao auxílio-moradia nos três Poderes: no Judiciário, no Ministério Público e no Legislativo, até porque a economia do Judiciário é de mais de 5 mil juízes, parece-me, e no Ministério Público, não sei, mas penso que é de 3 mil pessoas.

O deputado Sargento Rodrigues – Seria de 1.200, 1.300 membros.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Não sei o número exato, mas é um volume muito maior que o daqui.

Esse projeto está lá para extinguir o auxílio-moradia nos três Poderes desde o ano passado. Não fiz propaganda dele porque não sou politiquês e nem gosto de aparecer com esse tipo de coisa, mas realmente o clamor é muito grande.

Então para não restar dúvida, já faz mais de um ano que esse projeto está parado lá, Noraldino. V. Exa. poderia me ajudar a retirá-lo de lá para acabar com isso nos três Poderes. Dessa forma, não fica mais parecendo que nós, que somos 77 deputados, somos a causa de toda a despesa, sendo que há milhares de promotores e milhares de juízes. Vamos todos acabar com isso porque o Estado está quebrado, está falido, não tem dinheiro.

Não é para ganhar voto agora, na eleição, não. Nem iria falar sobre isso. Poderia ter feito o maior estardalhaço em toda Minas Gerais desde o ano passado. Faz mais de um ano. E eu não fiz. Fiquei calado. Protocolei o projeto com uma justificativa econômica escrita. Leiam a justificativa desse meu projeto, que ela não é demagoga e nem feita por ser véspera de eleição. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu queria informar aos servidores do Judiciário que o PL não se encontra na pauta. Os dois projetos que estão na pauta são o PL nº 5.012, que trata da securitização, e o PL nº 4.909, do TJ, que trata das questões dos cargos. Vou deixar isto claro: o projeto de data-base dos senhores e das senhoras não se encontra na pauta.

Por fim, presidente, queria novamente cumprimentar V. Exa. pela firmeza com que conduziu, principalmente, a questão financeiro-orçamentária desta Casa, senão parece que todo o esforço que V. Exa. fez não adiantou. Eu mesmo fui contrário, na reunião do Colégio de Líderes e no colégio de presidentes de comissões, que V. Exa. diminuiu as viagens para o interior, mas foi feita uma economia enorme sob o seu comando. Agora os outros estão devendo para a sociedade – o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas –, porque, pelo contrário, vêm aqui, sem limite, querendo ampliar os seus auxílios diversas vezes, não pensam no conjunto da sociedade. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Não há outros oradores inscritos.

– Vem à Mesa o Substitutivo nº 2 e a Emenda nº 1, esta acompanhada de Acordo de Líderes subscrito pela maioria dos líderes com assento nesta Casa e de Decisão da Presidência acolhendo e determinando o cumprimento do referido acordo, que foram publicados na edição do dia 9/8/2018.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo do deputado Gustavo Corrêa e outros, que recebeu o nº 2, e uma emenda do deputado Iran Barbosa, que recebeu o nº 1, a qual, por conter matéria nova, veio acompanhada de Acordo de Líderes, que foi acolhido e teve seu cumprimento

determinado pela presidência; e informa que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, o substitutivo e a emenda serão submetidos a votação independentemente de parecer.

Vem à Mesa requerimento do deputado João Magalhães em que solicita a inversão de preferência na votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja votado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tony Carlos.

O deputado Carlos Henrique – Registre meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Felipe Attiê – Registre o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Bosco – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.

– Registram “não”:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Geisa Teixeira – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – João Magalhães – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tony Carlos.

O deputado Gil Pereira – Presidente, registre meu voto “sim”, por favor.

O deputado Léo Portela – Registre o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 23 deputados; votaram “não” 25 deputados; totalizando 48 votos. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 5.012/2018 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.909/2018, do Tribunal de Justiça, que transforma cargos do quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, previsto na Lei nº 16.645, de 5/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do

projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

### **Questão de Ordem**

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, antes de iniciar a discussão, solicito-lhe a suspensão da reunião por 2 minutos, para que eu possa conversar com V. Exa. sobre a matéria.

### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, serei muito breve, devido ao adiantado da hora. O tempo para a discussão será menor que o do encaminhamento, que é de 10 minutos.

Eu queria apenas, a título de orientação aos servidores do Judiciário que aqui se encontram, prestar alguns esclarecimentos. Pelo que está proposto ali e conforme a ordem de votação, será votado o substitutivo, e não o projeto, de maneira que a questão será contemplada, de acordo com os líderes de sindicatos, neste momento, pelo menos parcialmente. Não será votado o projeto na forma original e, sim, o substitutivo.

Gostaria de fazer uma sugestão. O projeto está em 1º turno. Votada a matéria, ele retornará à Comissão de Administração Pública, e os servidores terão certo tempo para fazer tratativas com os membros da Comissão de Administração Pública, a fim de verificar se o que foi votado em Plenário, em 1º turno, atende, parcialmente ou não, o conjunto dos servidores do Judiciário.

Por que falo isso, deputadas e deputados? Há uma preocupação dos servidores em razão de esse projeto propor a transformação de cargos. Inicialmente o tribunal fala que não haverá impacto financeiro, mas haverá, sim, uma vez que os novos cargos terão salários maiores. No entanto, pelo visto, houve uma correção por parte da Comissão de Administração Pública. Como a matéria está em 1º turno, não vou fazer uma obstrução longa e prejudicar o conjunto dos parlamentares. Vou apenas fazer esse esclarecimento para que haja tempo hábil, a fim de que esse projeto, ao ser encaminhado à comissão, em 2º turno, possa ser avaliado pelos presidentes de sindicatos. Ou seja, caso queiram, eles poderão procurar a Comissão de Administração Pública, composta por sete deputados, e, uma vez aprovado o substitutivo, poderão avaliá-lo.

Lembro-os de que o projeto não trata diretamente de vocês, mas tem uma parte colateral nas suas reivindicações, pelo menos pelo que foi dito. Obviamente vamos continuar trabalhando, pedindo ao presidente que o projeto de vocês, em relação à data-base, seja pautado. Lembro-os de que hoje não há projeto de vocês na pauta. Essas são as informações que julguei necessárias. São essas as considerações, Sr. Presidente.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola –

Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tony Carlos.

O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, peço que registre o meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.909/2018 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

### **Declarações de Voto**

O deputado Isauro Calais – Sr. Presidente, muito obrigado. Optei por fazer declaração de voto, Sr. Presidente, para votarmos o mais rápido possível. É sabido por todos nós, deputados, assim como pelo povo mineiro, que a crise que o Estado vive é sem precedentes. V. Exa., Sr. Presidente, deu uma demonstração na Casa cortando cargos, cortando diárias, cortando audiências públicas no interior, fazendo contribuições para que essa situação pudesse ser controlada o mais rápido possível. V. Exa. deu a contribuição do Poder Legislativo. Votar esse Substitutivo nº 2 foi importante demais para esta Casa porque há parceiros nossos, prefeitos do interior, que não têm dinheiro para pagar a folha de pagamento, que estão tirando dinheiro da folha de pagamento para pagar o transporte escolar e o Fundeb, por causa dessa crise que assola todos os municípios. No decorrer de anos, esta Casa também tem votado para atender os outros Poderes, sempre os ajudando, mas não podemos deixar de olhar para os servidores do Estado, Sr. Presidente. Hoje temos que ter uma atenção especial com o parcelamento dos salários dos servidores. É inadmissível que um aposentado que tem que pagar um plano de saúde, que tem que pagar um aluguel, que tem que comprar um remédio receba R\$500,00 no parcelamento. A Assembleia não pode ficar de braços cruzados e não deve ficar de braços cruzados, vendo esse estado de coisas em relação aos servidores e, obviamente, aos nossos aposentados. Sr. Presidente, fui servidor da Justiça por quatro anos e, como defensor público, convivi com os serventuários da Justiça. Votar a data-base é um direito desses profissionais porque, sem eles, a Justiça, em Minas, para. Então, eles devem ser e têm que ser valorizados a cada dia. Então, Sr. Presidente, não podemos ficar de braços cruzados, precisamos estar atentos aos servidores e aposentados deste estado. Isso é o mínimo que a Assembleia Legislativa pode fazer para ajudar e mostrar que está atenta não apenas aos municípios e aos outros Poderes, mas, principalmente, aos servidores, que são fundamentais para o andamento dos serviços no Estado e, no caso dos servidores do Tribunal de Justiça, para o andamento da Justiça. Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela condução da Assembleia Legislativa como V. Exa. vem fazendo nestes três anos e meio.

O deputado Gil Pereira – Caro presidente Adalcleber Lopes, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero falar aqui sobre o Substitutivo nº 2 ao Projeto nº 5.012, sobre os direitos creditórios. Com esses recursos, o governo do Estado vai arrecadar cerca de R\$2.000.000.000,00 e, por sugestão da oposição e, agora, de todos os deputados da Assembleia Legislativa, que foram solidários à nossa posição, desses recursos 70% vão para os municípios, principalmente para pagar o Fundeb e aos professores. Muitas prefeituras – está ali a prefeita de Bocaiuva, Marisa –, principalmente as do Norte de Minas, do Jequitinhonha, as mais carentes, e cito também Janaúba, estão sofrendo com isso. Realmente, alguns de nossos professores municipais estão sem receber, outros recebem parcelado, e com isso vamos resolver os problemas dos municípios, principalmente na área da educação e do transporte escolar, um grave problema. Então, estamos dando uma arrefecida na crise que o governo promoveu para os municípios, principalmente os mais carentes. Então, Marisa, volte para Bocaiuva tranquila, pois, se Deus quiser, vamos exigir que o governo repasse mais rapidamente esses recursos para o município, principalmente para quitar a folha de pagamento da educação e do transporte escolar. Muito obrigado, presidente. Parabéns pelo trabalho que vem fazendo nesta Casa.



O deputado Carlos Pimenta – Agradeço ao deputado Adalclever Lopes, nosso presidente, que hoje deu uma demonstração de muita responsabilidade, principalmente neste momento difícil por que estamos passando. Votamos hoje um projeto com o qual o Estado estará arrecadando a mais, para os cofres públicos, mais de R\$2.000.000.000,00. A princípio, tínhamos muita resistência em votar esse projeto, até que conseguimos fazer, Sr. Presidente, uma emenda que carimba esse dinheiro para pagar às prefeituras dos municípios mineiros, que estão passando pela maior dificuldade de toda a história, principalmente na área da saúde. Eles estão interrompendo serviços importantes como as escolas e o transporte escolar. Quero também render minhas homenagens aos prefeitos mineiros, na pessoa da nossa prefeita Marisa, de Bocaiuva, aqui presente. Eles se mobilizaram, tiveram a coragem de dizer: “Basta, governador, não podemos suportar mais essa incompetência administrativa que tomou conta de Minas Gerais nos últimos anos”. Os prefeitos não têm culpa e são obrigados a parar o transporte escolar e o pagamento dos professores. A saúde pública está um caos. Volto a trazer como exemplo o Município de Bocaiuva, onde o hospital municipal, deputado Adalclever Lopes – e V. Exa. o conhecerá em sua caminhada como vice-governador a partir de janeiro do ano que vem –, o Hospital Dr. Gil Alves, com caráter regional, está sobrevivendo só Deus sabe como, às custas do sacrifício do povo de Bocaiuva. A prefeita está tirando dinheiro de outras áreas essenciais para não interromper seus serviços. Tudo isso em decorrência de dívida do governo com os municípios mineiros. Só Bocaiuva tem a receber nas mãos do Estado, ou seja, dos cofres do Estado de Minas Gerais mais de R\$12.000.000,00. A dívida com Montes Claros já chega a quase R\$60.000.000,00. Isso se replica para todo município do Norte e Sul de Minas, do Triângulo e do Jequitinhonha. Enfim, nós hoje estamos carimbando. Eu não votaria esse recurso para pôr nas mãos de pessoas incompetentes, mas, em razão da nossa emenda, estamos batendo um carimbo com a chancelaria do Ministério Público e do Tribunal de Contas para que esse dinheiro seja depositado numa conta específica, a fim de salvar os municípios mineiros dessa situação tão difícil e caótica que observamos nos últimos dias. Parabéns, deputado Adalclever Lopes, presidente, e esta Casa. Finalizando, presidente, espero que o governador Fernando Pimentel tenha, pelo menos, a dignidade de honrar o que esta Casa está acertando e não venha – insisto – pegar esse dinheiro para fazer a campanha política, porque sabe das dificuldades. Ele colherá o que plantou nas próximas eleições. Esse dinheiro pertence aos 853 municípios mineiros. Nós fiscalizaremos para que chegue para salvar o transporte escolar, o Fundeb e a saúde pública dos nossos municípios. Muito obrigado.

### **3ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres de redação final.

#### **Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final**

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.012/2018 (À sanção.).

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* – Sem revisão do orador.

## **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 9/8/2018**

### **Presidência do Deputado Bonifácio Mourão**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados:

Inácio Franco – André Quintão – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cristiano Silveira – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Vanderlei Miranda.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Bonifácio Mourão) – Às 10 horas e 6 minutos, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/7/2018**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Mário José Correia Santos, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais (12/7/2018) e da Sra. Andrea Mendes de Souza Abood, delegada de Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais (13/7/2018). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.285/2015, no 1º turno, e 5.101/2018, em turno único (João Magalhães), e 5.062/2018, em turno único (Iran Barbosa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.914/2018 (relator: deputado Paulo Guedes) e 5.086/2018 (relator: deputado João Magalhães), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.216, 11.237, 11.240 e 11.308/2018. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença do deputado Iran Barbosa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.330/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ausência de pagamento de vantagens como diárias, ajuda de custo, férias-prêmio e diferença de promoção às praças da Polícia Militar de Minas Gerais, enquanto oficiais da corporação recebem esses benefícios, conforme se pode verificar pela operação financeira realizada em 20/6/2018 com a finalidade de viabilizar o pagamento de diária de viagem ao Cel. PM Nocelli (4ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Lupercio Peres (5ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Tostes (6ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Marcelo Augusto (7ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Marcelo (8ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Claudio Vitor (9ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Waldimir (10ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Borges (11ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Marcos (12ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Milagres (13ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Carvalhar (14ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Servio (15ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Cassio (17ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Braga (16ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Frederico (18ª Região de Polícia Militar), ao Cel. PM Jean (DF), ao Ten.-Cel. PM Valtanir (DF), ao Maj. PM Trajano (DF) e ao Cap. PM Eduardo Bernardino dos Santos (DF);

nº 12.363/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de repasse financeiro, por parte do governo do Estado, ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM;

nº 12.531/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis em relação aos fatos narrados pela Sra. Luzana de Assis Moreira, agente socioeducativa, que alega ter sofrido perseguição por parte de superiores e de outros servidores, além de ameaças e agressões praticadas por uma interna, no Centro de Reeducação Social São Jerônimo, em Belo Horizonte;

nº 12.533/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que seja reavaliada a escala de trabalho imposta aos agentes socioeducativos do Centro de Internação Provisória de Patos de Minas;

nº 12.563/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral desta Casa pedido de providências para realizar a análise técnica e adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a responsabilização do Sr. Gabriel Rocha, secretário de Estado adjunto de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pelo não comparecimento a audiências públicas realizadas pela comissão nas datas de 12/6, 2/7 e 12/7/2018, apesar de regularmente convocado por meio de ofício, em descumprimento do disposto no art. 100, VII, do Regimento Interno, c/c o art. 54 da Constituição do Estado e o art. 58 da Constituição da República;

nº 12.564/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para apurar e, se for o caso, adotar as medidas cabíveis em relação aos relatos de assédio moral feitos pelo Sr. Evando Euler da Cruz, agente de segurança socioeducativo, lotado no Município de Unaí;

nº 12.565/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam revistos os termos do Memorando nº 012.3-CPRv, que impõe aos policiais militares integrantes do CPRv e do BPMRv a utilização de jaqueta de náilon dupla face e de colete refletivo, tipo jaleco, durante a execução das atividades de trânsito rodoviário;

nº 12.567/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a prestação de serviços de enfermagem no núcleo de saúde do 5º Batalhão de Polícia Militar seja, de imediato, normalizada;

nº 12.577/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para que sejam restabelecidos os convênios odontológicos no Município de Varginha;

nº 12.578/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja instaurado inquérito civil com a finalidade de apurar relatos feitos pelo Sr. Jovane de Souza Moreira, produtor rural do Município de Campo do Meio, notadamente quanto ao exercício simultâneo de cargo público e atividade sindical pelo Sr. Sílvio Cardoso Rabelo, o que configuraria ilícito previsto na Lei nº 8.429, de 1992;

e nº 12.579/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à implementação do programa permanente de aquisição de arma de fogo e munições para uso particular no âmbito das referidas corporações.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – João Leite.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/7/2018**

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Nozinho, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Celinho do Sinttrocel, Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Coronel Piccinini, por indicação da liderança do BCMG) e Elismar Prado (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, o presidente comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (15/6/2018) e Rogério Machado Leal, gerente de Recursos Humanos de Anglogold Ashanti Brasil Mineração Ltda (28/6/2018). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.122/2017 (relator: deputado Isauro Calais), 4.674/2017 e 4.974 e 5.058/2018 (relator: deputado André Quintão), 4.886/2017 (relator: deputado Cristino Silveira), 4.888/2017 (relator: deputado Coronel Piccinini), e 4.930 e 5.042/2018 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), e os Projetos de Lei nºs 4.885/2017 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 5.041/2018 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel) com as Emendas nº 1, votadas em separado, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.118, 11.144, 11.156, 11.157 e 11.231/2018. O Requerimento nº 11.143/2018 é retirado de pauta atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.039/2018, do deputado André Quintão, em que requer sejam encaminhadas à Presidência do Senado Federal e ao senador Randolfe Rodrigues as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária que teve por finalidade debater o Projeto de Lei do Senado nº 394/2017, que dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, para conhecimento;

nº 12.096/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio à Presidência da Petrobras pela política de privatização adotada pela empresa com a venda de suas refinarias;

nº 12.097/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras –, Rio de Janeiro, pedido de providências para garantir a manutenção do emprego na empresa com a retomada das atividades em suas refinarias;

nº 12.518/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o relatório 20-F da Vale S.A., registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, em 13 de abril de 2018, que prevê o fechamento do complexo minerário de Itabira;

nº 12.519/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o funcionamento e a situação do setor de distribuição e engarrafamento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP;

nº 12.581/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as perícias médicas do INSS, bem como as altas e os cancelamentos de benefícios previdenciários.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2018.

André Quintão, presidente – Paulo Guedes – Tito Torres.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/7/2018**

Às 18h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Dirceu Ribeiro, Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), Emidinho Madeira (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Felipe Attiê (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BCMG) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Retira-se da reunião o deputado Luiz Humberto Carneiro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. No decorrer da discussão do parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.012/2018, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado (relator: deputado João Magalhães), é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, dos deputados Doutor Jean Freire e Paulo Guedes, e a Proposta de Emenda nº 2, do deputado Tadeu Martins Leite. Submetido a votação, o parecer, salvo propostas de emendas, é aprovado. Com a aprovação do parecer, a Proposta de Emenda nº 2 é prejudicada, por estar contemplada no parecer. Submetida a votação, a Proposta de Emenda nº 1 é rejeitada. O Projeto de Lei nº 5.000/2018 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.148/2017, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado João Magalhães. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.333/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/6/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de dois menores, de grande quantidade de drogas, balança de precisão, armas e celulares e na detenção de quatro pessoas;

nº 12.334/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária que menciona pela atuação na realização de um parto de uma mulher, em 23/6/2018, na MG-030, em Nova Lima;

nº 12.335/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar, na 3ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/6/2018, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de 976 pinos de cocaína, 387 buchas de maconha, dinheiro e munições e na detenção de 12 pessoas;



nº 12.352/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação financeira da Cooperativa de Consumo dos Servidores do DER-MG – Coopeder –, que atualmente enfrenta dificuldades para a manutenção de suas atividades em virtude da ausência de repasses por parte do governo;

nº 12.409/2018, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Renato Dias Borges, diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, pelos 90 anos de existência dessa instituição;

nº 12.421/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/6/2018, no Município de Martinho Campos, que resultou na apreensão de dois menores, além de seis armas de fogo, munições e um colete balístico e na detenção de três pessoas;

nº 12.433/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja efetuado o pagamento do valor correspondente aos 240 dias de férias-prêmio devido ao servidor Sebastião Ferreira de Oliveira, Masp 1033218-7, que, consoante despacho publicado em 8/8/2015, no diário oficial do Estado, foram convertidos em espécie nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989;

nº 12.458/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 35º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/6/2018, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de quatro pessoas;

nº 12.463/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/7/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de celulares, relógios, balança, munições, maconha, cocaína, LSD e quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas;

nº 12.464/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/7/2018, em São José da Lapa, que resultou na apreensão de 24 barras de maconha, uma pistola calibre 380 e um revólver calibre 38 e na detenção de três pessoas;

nº 12.465/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/7/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 12 barras de maconha, pinos de cocaína e uma arma e na detenção de uma pessoa;

nº 12.521/2018, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que requer seja realizada audiência pública para debater as obras de duplicação da BR-135, entre os Municípios de Curvelo e Montes Claros;

nº 12.548/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar e no Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes – RCAT –, pela atuação na ocorrência, em 11/7/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 4 mil pedras de crack, 840 pinos de cocaína, barras de maconha e uma balança e na detenção de duas pessoas;

nº 12.573/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam apurados os seguintes fatos relativos à Prodemge: 45,2% dos funcionários ocupam cargos comissionados de chefia; a atual Diretoria, que assumiu o mandato em janeiro de 2015, concedeu aos seus próprios integrantes um aumento de 60% da remuneração então percebida; ao se atingir o número máximo de funcionários contratados em regime de recrutamento amplo, seriam indicados profissionais para serem contratados via MSG e a maioria estaria lotada na Imprensa Oficial do



Estado; o enquadramento em funções comissionadas seria a forma utilizada para conceder aumentos salariais e tais funcionários estariam liberados de registrar o ponto;

nº 12.574/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde em exercício pedido de informações sobre a veracidade da ocorrência de transferências de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, então geridos pelo Ipsemg, para o Funfip, e a concessão de imóveis de propriedade do instituto, como o Hotel de Araxá, o Edifício-Sede na Praça da Liberdade, o Edifício Lutécia na Praça Sete, o antigo prédio do Hospital São Tarcísio e o Posto Dario de Faria Tavares no Bairro Gameleira, especialmente em relação ao recebimento e destinação de respectiva contrapartida.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de julho de 2018.

João Magalhães, presidente – Arnaldo Silva – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Cássio Soares.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/7/2018**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro e Cássio Soares (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 5.012/2018 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.148/2017, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado João Magalhães. A presidência suspende a reunião. Decorrido o prazo regimental, o Projeto de Lei nº 5.000/2018 deixa de ser apreciado e a reunião é encerrada.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2018.

João Magalhães, presidente – André Quintão – Cássio Soares – Dirceu Ribeiro.



### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

##### **Visita da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 13/8/2018, às 10 horas, em Conselheiro Lafaiete, com a finalidade de visitar os trechos ferroviários, oficinas e equipamentos localizados no município.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2018.

João Leite, presidente.



**ERRATA**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 10/8/2018, na pág. 27, onde se lê:

“Rosangela Marcelino Melo”, leia-se:

“Rosangela Marcelino”.